

DESENVOLVIMENTO E CONFIRMAÇÃO DAS ABORDAGENS FEMINISTAS NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Stephany Dayana Pereira Mencato
Daysi Dalia Leticia Villamayor Florentin
Luciane Ferreira
Marjana Dos Santos

RESUMO

O presente artigo tem por fim promover uma análise bibliográfica do das correntes feministas nas Relações Internacionais, analisando-se os principais eventos históricos e correntes teóricas que marcaram seus estudos e pesquisas, até a formação da disciplina específica dos Estudos de Segurança Internacional apresentados aqui a partir de uma abordagem crítica Feminista que irá se consolidar contemporaneamente.

INTRODUÇÃO

A relação entre feminismos e Relações Internacionais embora seja difícil precisar um momento certo, leituras feministas sobre política internacional começaram a aparecer na literatura de Relações Internacionais a partir da década de 1980, se torna mais profunda, no entanto, no contexto do chamado “terceiro debate” em Relações Internacionais, momento em que se acentuavam críticas e desafios aos postulados convencionais da disciplina de influência realista, sobretudo no que tange a o quê e como se estudava a política internacional. Por esse motivo, a interseção entre teorias feministas e Relações Internacionais não pode ser dissociada das profundas transformações de cunho ontológico e epistemológico pelas quais passaram a disciplina desde as últimas décadas do século XX e sobre as quais autoras e pensadoras feministas tiveram considerável influência.

Sendo assim, propomos neste artigo uma análise que começa pela evolução histórica da dicotomia do gênero e do feminismo, sendo primeiros questionamentos ao campo colocados pelo pensamento feminista, sobretudo no que tange à pouca representatividade das mulheres nas áreas em que se acreditava que a política internacional era feita, passando pelas posteriores reflexões críticas acerca das teorias e como elas são estudadas e praticadas. Nosso foco, portanto, será na forma como as teorias feministas e de gênero contribuíram para o movimento de reflexão nas Relações Internacionais e por fim nos debruçamos sobre os Estudos Feministas de Segurança.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA QUANTO AO GÊNERO E O FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O presente capítulo visa analisar o desenvolvimento histórico das questões referentes ao gênero, bem como os principais significados e diferenciações atribuídos a palavra. Pretende-se ainda, tratar sobre o feminismo nas relações internacionais que afloraram durante a Guerra-Fria, visto que esses primeiros estudos de gênero e do feminismo colaboraram para a difusão e evolução desses temas até a contemporaneidade.

ABORDAGEM CONCEITUAL E HISTÓRICA SOBRE GÊNERO

Primeiramente faz-se necessário esclarecer a conceituação atribuída ao gênero na sua forma mais ampla, onde segundo Izadora Xavier do Monte (2010, p. 8), gênero é antes de qualquer coisa, uma categoria relacional, alusiva aos pressupostos sociais que constroem, ou compõem as diferenças entre homens e mulheres. Aduz ainda que não se refere apenas como uma forma de diferenciar os corpos masculino e feminino, mas sim, uma maneira de dar ao mundo uma das formas primárias de atribuir significado ao poder na maior parte das sociedades humanas.

Nesse sentido, Luciana Brasil (2008, s.p.) afirma que diferente do sexo, o gênero é uma construção social, moral, imbuída de valores que são atribuídos ao sexo feminino ou ao sexo masculino, além das diferenças biológicas, sendo que essas construções possuem uma

carga de conceitos simbólicos, o que nos leva a compreender a prevalência da dominação masculina no campo das relações internacionais.

Joan Scott (1995, p. 7), historiadora estadunidense, observa que o gênero é uma categoria de análise socialmente construída e está diretamente associada às relações de poder, rejeitando a ideia de que o termo designa paridade apenas para com as mulheres, sendo igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos.

Em outras palavras, Virginia Marcuci Razaboni relata que:

o gênero não é algo dado nem tampouco natural, mas sim aprendido e, portanto, mutável. Exaltando assim a flexibilidade tanto da disciplina quanto da teoria. (RAZABONI apud PETERSON, 2014, p. 9)

Entretanto, existe uma incompatibilidade a se levar em consideração, pois a variável de gênero da mesma forma que expande a noção de gênero, já que anteriormente a mesma era submetida apenas a questões feministas voltadas para as mulheres e agora passa abranger também os demais gêneros, de outro modo, pode restringir as análises, pois existe a ameaça de estar limitando as feministas à variável de gênero. (RAZABONI apud WEBER, 2014, p.10).

Diante dessa breve análise sobre a conceituação do gênero, podemos afirmar a prevalência dos discursos abordados a partir da visão masculina no campo das relações internacionais, contudo pretende-se nos próximos capítulos demonstrar como o feminismo se confirmou dentro dos estudos das relações internacionais, bem como em suas teorias e abordagens em contextos de guerra e pós-guerra fria.

RELATOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS FEMINISTAS NO PERÍODO DA BIPOLARIDADE MUNDIAL

Com o intuito de introduzir e diferenciar gênero de feminismo, vale mencionar o apontado por Joan Scott (1995, p. 6), onde o gênero parece se integrar com as ciências sociais e se dissociar da política do feminismo, não implicando necessariamente na tomada de decisões sobre desigualdades ou poder, enquanto que o termo história da mulher revela uma posição política quando afirma que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, usando o gênero para incluir as mulheres sem as nomear, sendo que essa forma de abordagem é considerada pela autora como uma forma de afirmar a busca da legitimidade acadêmica dos estudos feministas nos anos 1980.

Nessa mesma linha, Virginia Marcuci Razaboni (2014, p. 3) pondera que foi nos anos 1980 que o feminismo ganhou corpo nas RI, “momento em que as estudiosas feministas almejam uma correlação entre suas teorias, as Relações Internacionais e o gênero, uma categoria analítica socialmente construída de acordo com Scott.”

Larissa Bozza Isquierdo cita que:

nas relações internacionais, autoras como Ann Tickner e Sandra Harding afirmam que houve uma entrada tardia da perspectiva feminista na disciplina. Enquanto que nas demais ciências sociais, o feminismo apresentava uma penetração crescente desde a década de 1960, nas Relações Internacionais (RI) ele entra apenas na década de 1980. Para Tickner, a entrada das feministas nas RI pode ser dividida em dois momentos, que ela classifica como “duas gerações”. A primeira geração⁵ de feministas em RI, preocupou-se fundamentalmente em desafiar os vieses masculinistas a partir dos quais se estruturavam as premissas centrais e conceitos do campo, de modo que as autoras introduziram uma crítica que evidenciava a genderização da teoria e da prática da disciplina. Já a segunda geração, deu enfoque à investigação de casos empíricos, com o objetivo de dar visibilidade às questões de gênero e da vida das mulheres. Enquanto a primeira geração, deu enfoque à desconstrução de conceitos e formas de conduzir as análises vigentes, as autoras da segunda geração são mais propositivas neste sentido, e apresentam um interesse metodológico comum pela investigação sociológica, baseada na identidade (identity-based), interpretativa ou linguística (2012, p. 2).

No decorrer do período da Guerra-Fria os movimentos feministas tomaram força, principalmente nos Estados Unidos, a mulher passou de esposa e dona do lar para ocupar espaço no mercado de trabalho e desenvolver pesquisas nas universidades, sendo que muitas dessas pesquisas eram

voltadas às mulheres, podendo ser citadas as teorias feministas como alvo de seus estudos, o que veremos no capítulo que segue.

ESTUDOS TEÓRICOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS REFERENTES AO FEMINISMO

O presente capítulo visa entender os estudos teóricos referentes ao feminismo e como estiveram presentes como um instrumento de crítica, discussão e entendimento sobre as diferenças de gênero e o papel da mulher na sociedade. Tratam-se ainda das questões que culminaram na inserção de tais teorias como as abordagens que se destacaram na guerra fria.

INSERÇÃO DAS TEORIAS FEMINISTAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O contexto do surgimento de movimentos antagônicos referente ao movimento feminista resultou em dois campos de estudo e entendimento das mulheres bem distintos, ou seja, as liberais que buscam a igualdade e as radicais que contestam os valores (MONTE, 2010).

Para se entender os estudos feministas fazem-se necessário que se compreendam os grandes debates teóricos das relações internacionais ocorridos até o surgimento dos estudos feministas neste campo. O primeiro envolveu realistas x liberais entre aproximadamente 1920 e 1940, a segunda a oposição de idéias entre behavioristas e tradicionalistas, o terceiro marcado por divisões e divergências de pensamentos entre eles os neorrealistas e neoliberais que continuam se desenvolvendo e se subdividindo entre positivas x pós-positivistas e racionalistas x reflexivistas.

Para Isadora Xavier do Monte as positivistas representam as teorias tradicionais e a pós-positivistas estão atreladas ao campo interpretativo. As principais feministas vêem nesta teoria não apenas “localizar as mulheres em suas posições marginais ou subordinadas, mas também para demonstrar como essas posições estão ligadas ao poder do gênero” (MONTES, 2010, p.35). Teoria esta que busca entender e compreender a política global, a construção de conhecimento, englobando o construtivismo, o pós-modernismo, o pós-estruturalismo, a teoria crítica e por fim as teorias feministas, onde são inseridas nos estudos das relações internacionais, relacionado-as sobre questões de identidade, de gênero e grupos minoritários antes relegados a algo fora no âmbito teórico das relações internacionais que a partir da década de 1980 passaram a ser incluídos em sua agenda de pesquisa (RAZABONI, 2014).

Em relação aos estudos teóricos sobre o gênero e conseqüentemente as mulheres, uma compreende-se em entender as origens do patriarcado e a outra se posiciona em uma tradição marxista

com a crítica feminista e, por fim, o pós-estruturalismo francês e as relações de objeto em entender a produção da identidade de gênero do sujeito (FILHO, 2005).

A inserção das teorias feministas nos estudos das RIs, relacionado-se as questões de identidades, de gênero e grupos minoritários que passaram a ser incluídos em sua agenda de pesquisa a partir da década de 1980, teorias estas que ganharam espaço no cenário social devido principalmente as mudanças na política e nas relações internacionais, geralmente entendidas como um movimento que visa à igualdade de gênero se contrapondo aos discursos machistas e patriarcais construídos até então de que a mulher não estava inserida nas relações internacionais (BRASIL, 2008).

PRINCIPAIS ABORDAGENS FEMININAS QUE AFLORARAM NO PERÍODO DA GUERRA FRIA

Segundo, os autores Messari e Nogueira, as abordagens bem distintas que afloraram neste período se referem ao ponto de vista feminista e o feminismo pós-moderno, o primeiro pretende incluir as questões de gênero em poder das RIs que representa uma forma alternativa de realismo e este ponto de vista se desempenha no pensamento militar e ideológico. O feminismo pós-moderno por sua vez, usa a indeterminação para questionar o conceito sobre a identidade, rejeitam tanto o ponto de vista feminismo como as posições das disciplinas de RIs, pois para essa abordagem e excluí e sexo em vez de incluí-lo ao feminismo (MESSARI e NOGUEIRA, 2005).

Uma terceira abordagem mescla os dois já mencionados, pois permitem a formulação das alternativas políticas e as críticas teóricas que reforçam esta abordagem, outras se identificaram com o princípio do construtivismo que surgiu como uma virada construtivista respondendo as abordagens referentes às construções sociais da política global (MONTE, 2010).

Para Barry Buzan e Lene Hansen entre os fatores que contribuíram nos estudos feministas ligadas ao gênero estão as questões de discriminação e violência contra as minorias excluídas socialmente, através de estupros das mulheres como arma de guerra, a ocorrência de debates pela participação dos homossexuais nas forças armadas dos EUA, o tráfico sexual, escândalos dos mantenedores da ONU que cometiam estupros e mantinham prostitutas, de mulheres e crianças como combatentes, além de homens como vítimas de violência sexual obrigou que as disciplinas de relações internacionais revisassem a questão do gênero na política internacional (BUZAN e HASEN, 2012).

Questionamentos estes que foram e continuam sendo atuais: “em que o fato de sermos mulheres terá afetado a nossa vida? Que possibilidades nos foram oferecidas, exatamente, e quais nos foram recusadas? Que destinos podem esperar nossas irmãs mais jovens e em que sentido convém orientá-las?” (BEAUVOIR, 1970, p.22).

Como citado por Simone de Beauvoir, uma das principais expoentes do movimento feminista a qual levantou diversas reflexões sobre quais são as perspectivas das mulheres em relação a sua história pessoal, perguntas que ecoam na busca do entendimento sobre a igualdade de gênero.

OS ESTUDOS FEMINISTAS DE SEGURANÇA

A partir dos anos 1980, como explica (BUZAN, 2012, p. 214), dentre as abordagens críticas surgidas a partir da Pesquisa da Paz, e trabalhando conceitos de segurança ampliados, desenvolve-se a abordagem dos Estudos de Segurança Internacional a partir do Feminismo.

É a partir desta abordagem que, principalmente nos últimos 20 anos, o conceito de “paz” e “segurança” passam a pensar/problematizar o papel social a ser desempenhado pela mulher, pois “reconhecer os impactos diferenciados de conflitos armados em homens e mulheres e aprofundar o entendimento sobre ‘gênero’ são passos importantes para se alcançar a paz sustentável e duradoura em sociedades devastadas pela guerra” (RABELO, 2011, p. 818).

Os Estudos Feministas de Segurança (EFS) que nascem no final dos anos 70, deixam claro a inexistência do gênero enquanto questão examinada pela violência estrutural. Esta destacava questões de classe, religião e raça, segundo (BUZAN 2012 p. 218/219), pode-se afirmar que tal ausência se relaciona ao fato de a crítica existente partir do pensamento marxista, logo as relações de classe eram o debate de principal importância, havendo de certo modo uma consciência de que o fim do capitalismo traria em consequência a igualdade entre os sexos, ignorando-se assim contribuição das mulheres para a Pesquisa da Paz, mesmo nas correntes críticas, fossem na grande área das R.I ou nos E.S.I. tão pouco analisava-se se as mulheres estavam enfrentando ou não problemas específicos de segurança.

Assim os EFS passam a se ocupar destas questões, a fim de problematizar e entender a maneira como o papel de mulheres criadoras davam à essas uma visão diferente da guerra, da paz e da segurança. Pesquisas começam a mostrar que as mulheres apoiam mais a redução dos gastos militares e ampliação da ajuda aos pobres no seu país e no exterior, demonstra-se assim a existência de valores diferentes, de um caráter mais cooperativo, pacífico, mais propenso a sistemas alternativos de segurança. (Ibid. p. 219).

O pensamento feminista dos ESI passa então a defender um conceito ampliado de segurança, capaz de fortalecer, simultaneamente, a segurança nos níveis internacional, estatal e individual. Conforme (MONTE, 2010, p. 6) o conceito tradicional de segurança será criticado inclusive por sua dependência dos discursos naturalizados sobre identidades de gênero o que não apenas reforça as identidades naturalizadas para “homens” e “mulheres”, como também invisibiliza experiências e inseguranças de determinadas mulheres.

É preciso questionar, seguindo-se os EFS, por exemplo, como é possível ouvirmos “sempre dizer que a igualdade dos sexos nunca esteve tão próxima, ao mesmo tempo em que sabemos que as mulheres, as adolescentes e as sexagenárias constituem a imensa maioria das pessoas mais empobrecidas do planeta. Como explicar isto?” (FALQUET, 2008, p. 123).

Apenas um conceito amplo de segurança, é então capaz de abarcar a amplitude dos debates e questões trazidos pelas feministas, que deixam clara a importância de se perceber, dentre outros aspectos, o indivíduo mulher enquanto sujeito nos ESI para além das relações inter-estados, assim, (MONTE, 2010, p. 97) afirmará que a não-revisão e ampliação da “segurança” terá uma série de implicações negativas não apenas para as mulheres, mas principalmente para o relacionamento entre o Estado e suas cidadãs e cidadãos, e para a democracia.

Os EFS possibilitaram deste modo uma reformulação geral dos ESI, ao abordarem novas perspectivas acerca do que se consideram “ameaças”, “objetos de estudo” e, especialmente, do que se entende por “segurança” e “proteção”. Conforme (SOUZA, 2014, p. 5) autoras feministas de RI conseguiram finalmente trazer para discussão questões como: o estupro enquanto estratégia militar e não um “incidente” ou “efeito colateral” de situações de conflito; construir reflexões acerca de a maior parte das vítimas civis de conflitos armados, bem como de pessoas refugiadas e deslocadas, serem mulheres e crianças. Desafiou-se a partir dessa abordagem então toda a lógica do Estado enquanto último provedor da segurança de seus cidadãos, pois em última instância problematizou “a forma como a perseguição de um ideal estatal de segurança põe em risco a vida e a integridade daqueles e, especialmente, daquelas que deveriam ser ‘protegidos.’” (DALBY, 1997 apud Ibid).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem feminista, ao contrário do que pensam seus críticos, esta visivelmente preocupada com a repercussão prática de suas demandas teóricas, para elas, o objetivo da teoria é a emancipação humana. Não procurando oferecer uma maneira neutra de estudar as Ris e sim uma objetividade da pesquisa. Preocupada em superar as estruturas de gênero que desvalorizam a experiência feminina. Para a filósofa feminista, Simone de Beauvoir, por ser obra dos homens, a representação do mundo é descrita a partir do seu próprio ponto de vista. É essa descrição que o paradigma de gênero, no âmbito das relações internacionais, procura ampliar ou ao menos questionar. Com a evolução do paradigma de gênero, certamente se caminharia em direção ao desenvolvimento e manutenção da paz e de outras formas de segurança.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. O segundo Sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.

BRASIL, Luciana. Reflexões sobre a Teoria de Gênero em Relações Internacionais. Disponível em: <<http://www.tigweb.org/youthmedia/panorama/article.html?ContentID=22049>>. Acesso em 14 de junho de 2016.

BUZAN, Barry, HANSEN, Lene. A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional. Trad. Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 576p.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. Revista Mediações • v. 13, n.1-2, p. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma Questão de Gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf> . Acesso em 13 de julho de 2016.

GIANNINI, Renata Avelar. Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira. Instituto Igarapé, Artigo Estratégico 9, Setembro, 2014. . Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_pazeseg/Mulheres_paz/Artigo-9-Promover-Genero-e-Paz-web3.pdf> Acesso em 13 de julho de 2016.

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teóricos- políticos do feminismo na contemporaneidade. 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf . Acesso em 13 de julho de 2016.

ISQUIERDO, Larissa Bozza. Pensando o gênero nas relações internacionais. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Pensando-o-g%C3%AAnero-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-internacionais.pdf>>. Acesso em 15 de julho de 2016.

MESSARI, Nizar e NOGUEIRA, João Pontes. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MONTE, Izadora Xavier do. Gênero e Relações Internacionais: uma crítica ao discurso tradicional de segurança. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7726/1/2010_IzadoraXavierMonte.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2016.

NEOLIBERAL. REVISTA MEDIAÇÕES • v. 13, n.1-2, p. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

RABELO, Tamyá Rocha . O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. Revista Estudos Feministas. Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), em agosto de 2011.

RAZABONI, Virginia Marcuci. O feminismo nas relações internacionais. Disponível em: <<http://www.seminarioamericaplatina.com/restrito/trabalho/Virginia-Marcuci-Razaboni-3110-14-0039Artigo%20V%20Semin%C3%A1rio%20Am%C3%A9rica%20Platina-VIRGINIA.pdf> f.> Acesso em 16 de junho de 2016.



SANTOS, Cláudia. Leitura de gênero sobre os estudos de segurança internacional. *Conjuntura Global*, Vol. 4, n. 2, maio/ago., 2015, p. 171-184. acesso em julho de 2016, . Disponível em: <[http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaaglobal/files/2016/02/4-Leitura-de- %C3%AAnero-sobre-os-estudos-de-seguran%C3%A7a-internacional.pdf](http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaaglobal/files/2016/02/4-Leitura-de-%C3%AAnero-sobre-os-estudos-de-seguran%C3%A7a-internacional.pdf)>. Acesso em 13 de julho de 2016.

SCOTT, Joan. 1995. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <<http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>>. Acesso em 16 de junho de 2016.

SOUZA, Ana Clara Telles C. de. “O pessoal é internacional”: como as teorias feministas transformam o estudo das Relações Internacionais. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, GT10 - Teorias Feministas*, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.